



**Ministério Público do Estado de Rondônia**  
*em defesa da sociedade*  
**Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**



Ofício nº 1596/2015/GAB-PGJ

ESTADO DE RONDÔNIA

Assembleia Legislativa, Porto Velho, 1º de setembro de 2015.

08 SET 2015

Protocolo: 031/15Processo: 031/15

AO EXPEDIENTE

Em: 02 SET 2015

Presidente

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **MAURO DE CARVALHO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Nesta

Referência: Encaminha Projeto de Lei Complementar

LIDO NA SESSÃO DO DIA

08 SET 2015

1º Secretário

Recebido, Autue-se e  
Inclua em pauta.

08 SET 2015

1º Secretário

Senhor Presidente,

Com a finalidade de adequar os cargos do Ministério Público de Rondônia aos princípios constitucionais, submeto à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público, Art. 45, inciso I, nº 39, e do Art. 100 da Constituição Estadual, projeto de lei complementar, aprovado na 393ª Sessão do e. Colégio de Procuradores de Justiça, que dispõe sobre:

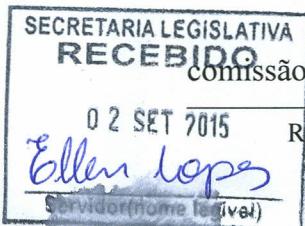
a) **alteração dos cargos em comissão:** para fins de criação da referência MP-DAS-09 e modificação do quantitativo e referência de cargos das Diretorias Administrativa, Tecnologia da Informação e Orçamento e Finanças; da chefia do Departamento de Recursos Humanos e Coordenadoria de Controle Interno;

b) **criação dos cargos em comissão dos órgãos:** Comissão de Licitação e Gerência de Pregões; Setor de Folha de Pagamento, Núcleo Recursal e Ouvidoria;

c) **modificação da nomenclatura e tabela de funções gratificadas:** Alterar a nomenclatura das funções gratificadas conforme atividades e funções peculiares; Modificar a tabela de funções gratificadas a fim de incluir atividades não contempladas atualmente.

Referido projeto se justifica em razão de nova estruturação administrativa, a ser implementada em fases, sendo o teor do presente, elemento para a primeira fase de implantação, preliminar à edição de Lei Complementar para reestruturação completa do atual organograma.

Ainda sob essa mesma premissa, faz-se necessária a criação de cargo em comissão para a Comissão de Licitação, tendo em vista que a atual estrutura administrativa





**Ministério Público do Estado de Rondônia**  
*em defesa da sociedade*  
**Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**



não contempla referido cargo em seu quadro. O mesmo se fará com relação aos cargos de chefia de cartório nas Comarcas, criando-se três níveis, conforme a designação das entrâncias.

Em tempo, informo que os impactos orçamentários e financeiros estão adequados ao orçamento desta Instituição, bem como em obediência ao índice de gastos de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que para a implementação do presente o impacto positivo será de pequena monta.

Contando com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente, com a aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,

**AIRTON PEDRO MARIN FILHO**  
Procurador-Geral de Justiça





**Ministério Público do Estado de Rondônia**  
*em defesa da sociedade*  
**Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**



**MINUTA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

*Dispõe sobre a alteração de cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro Administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia e dá outras providências.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Fica alterada a tabela de cargos comissionados e funções gratificadas do Ministério Público do Estado de Rondônia, passando os Anexos II e III da Lei Complementar Estadual n. 303, de 26 de julho de 2004, a contar com as alterações constantes nos Anexos desta Lei Complementar.

**Art. 2º.** Alterar a partir do presente, a redação dos arts. 1º, 3º, 7º e 17, todos da Lei Complementar Estadual n. 303, de 26 de julho de 2004, que passam a contar com a seguinte redação:

*“Art. 1º Omissis.*

*...*

*III – Omissis*

*...*

*i) Núcleo Recursal;*

*j) Ouvidoria;*

*Art. 3º Omissis.*

*...*

*§ 1º. O Gabinete do Procurador-Geral de Justiça é composto das seguintes unidades administrativas:*

*I – Coordenadoria de Planejamento e Gestão;*

*II – Núcleo Recursal;*

*III – Ouvidoria;*

*IV – Assessoria Legislativa;*

*V – Assessoria de Comunicação;*

*VI – Assessoria de Cerimonial;*

*VII – Assessoria de Publicidade Institucional;*

*VIII – Comissão de Concurso;*

*IX – Assessoria Militar;*

*X – Corpo de Estagiários;*

*XI – Cartório Administrativo; e*

*XII – Assessoria Jurídica.*

*...*

*§ 5º. A Secretaria-Geral do Ministério Público é composta das seguintes unidades administrativas:*

*...*



**Ministério Público do Estado de Rondônia**  
*em defesa da sociedade*  
**Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**



*V – Comissão de Licitação;  
a) Setor de pregões.*

...

*VII – Diretoria Administrativa:*

*a) Gerência de Recursos Humanos:*

*1. Seção de Administração de Pessoal;*

*1.1. Setor de folha de pagamento;*

*2. Seção de Assistência à Saúde;*

*2.1. Setor de Assistência à Saúde do Interior;*

...

*c) Departamento de Apoio Administrativo:*

...

...

*Art. 7º. Os cargos de provimento efetivo e os cargos de provimento em comissão, criados e modificados por esta Lei Complementar, são os constantes nos Anexos I e II, sendo classificados do seguinte modo:*

...

*II – Cargos de provimento em comissão:*

*a) Omissis;*

*b) Funções gratificadas, código MP-FG.*

...

*Art. 9º Omissis*

...

*II - são funções gratificadas as de direção e assessoramento, destinados aos servidores efetivos do Quadro Administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia, ou aos servidores de outros órgãos públicos colocados a sua disposição*

...

*Art. 20. Omissis*

*§ 1º. O servidor nomeado para a função gratificada fará jus à gratificação integral prevista no Anexo IV, Parte II, da presente Lei Complementar.*

...

*§ 3º. Omissis*

...

*III – para os cargos de Diretor de Centro de Apoio Operacional; Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Ouvidor do Ministério Público e Coordenador do Núcleo Recursal, uma parcela correspondente a 20% (vinte por cento) do valor inerente à referência MP-DAS-8.”*





**Ministério Público do Estado de Rondônia**  
*em defesa da sociedade*  
**Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**



**Art. 3º.** São atribuições da Comissão de Licitação sob responsabilidade de seu Presidente:

I – acolher, julgar e responder a impugnações de edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei, nos termos da legislação vigente;

II – promover reuniões para analisar e julgar a documentação relativa à habilitação de todos os licitantes e as propostas dos concorrentes habilitados;

III – receber e julgar recursos interpostos relacionados às fases de habilitação e de julgamento de proposta dos concorrentes;

IV – efetuar, quando julgar necessário, diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

V – encaminhar à Secretaria-Geral os processos licitatórios conclusos para deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação;

VI – providenciar o saneamento de processos licitatórios decorrentes das diligências realizadas por comissão especial responsável pela análise de cada processo antes de sua homologação;

VII – outras atividades ou tarefas de sua atribuição legal, a serem definidas por ato do Procurador-Geral de Justiça.

**§ 1º.** São competências do chefe do Setor de Pregões:

I – receber, registrar e controlar a movimentação de processos relacionados à realização de pregões nas formas eletrônica e presencial;

II – prestar informação de caráter público quando autorizado pelo Presidente da Comissão de Licitação;

III – manter arquivo atualizado de todas as Atas e documentos da Comissão de Licitação;

IV – organizar e manter atualizada a legislação relativa às licitações e contratos administrativos ou de outras matérias, que interessem aos trabalhos da Comissão de Licitação

V – prestar assessoria ao Presidente da Comissão de Licitação relativo aos processos licitatórios, assim como subsidiar suas decisões mediante a disponibilização de dados de jurisprudência, levantamentos estatísticos e outros elementos informativos necessários ao andamento dos processos;

VI – outras atividades ou tarefas de sua atribuição legal, a serem definidas por ato do Secretário-Geral.

**§ 2º.** Quanto às atribuições e competências elencadas neste artigo, estas podem ser designadas pelos seus titulares à equipe de apoio e demais pregoeiros, mediante ato expresso de seus responsáveis, exceto aquelas de caráter exclusivo.

**Art. 4º.** São atribuições do Chefe do Setor de Folha de Pagamento:

I – Planejar, coordenar, organizar, controlar e supervisionar as medidas relacionadas ao pagamento da folha de pagamento de membros e servidores e aos benefícios de bolsa estágio, bem como o pagamento dos demais auxílios e indenizações;

II – manter a base de dados atualizada para a elaboração das diversas rotinas internas e remessa de informações à Administração e aos Órgãos externos (IPERON, INSS, Receita Federal, etc).

III – remeter os demonstrativos das despesas de pessoal à Coordenadoria de Controle Interno.





**Ministério Público do Estado de Rondônia**  
*em defesa da sociedade*  
**Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**



IV – orientar, controlar e analisar as alterações que impliquem modificações financeiras na folha de pagamento, inclusive com a entrega de relatório de impacto financeiro da medida;

V – elaborar planilhas de cálculo referentes ao pagamento de valores retroativos de remuneração;

VI – outras atividades ou tarefas de sua atribuição legal, a serem definidas por ato do Secretário-Geral.

**Parágrafo único.** Quanto às atribuições e competências deste artigo, estas podem ser designadas pelo seu titular à equipe, mediante ato expresso de seus responsáveis, exceto aquelas de caráter exclusivo.

**Art. 5º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2015.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 201\_\_, 126º da República.

**CONFÚCIO AIRES MOURA**  
Governador



**Ministério Público do Estado de Rondônia**  
*em defesa da sociedade*  
**Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**



**ANEXO I**

**ANEXO II**

**ALTERAÇÃO NA TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

**PARTE I**

**ATIVIDADES DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR**

Situação atual			Situação proposta		
Cargo	Referência	Qtde	Cargo	Referência	Qtde
Diretor Administrativo	MP-DAS-08	01	Diretor Administrativo	MP-DAS-09	01
Diretor de Orçamento e Finanças	MP-DAS-08	01	Diretor de Orçamento e Finanças	MP-DAS-09	01
Diretor de Tecnologia da Informação	MP-DAS-08	01	Diretor de Tecnologia da Informação	MP-DAS-09	01
Chefe do Departamento de Recursos Humanos	MP-DAS-7	01	Gerente de Recursos Humanos	MP-DAS-8	01
Coordenador de Controle Interno	MP-DAS-7	01	Coordenador de Controle Interno	MP-DAS-9	01
			Presidente da Comissão de Licitação	MP-DAS-7	01
			Chefe do Setor de Pregões	MP-DAS-4	01
			Chefe do Setor de Folha de Pagamento	MP-DAS-5	01





**Ministério Público do Estado de Rondônia**  
*em defesa da sociedade*  
**Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**



**ANEXO II**

**ANEXO II**

**ALTERAÇÃO NA TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

**PARTE II**

**ATIVIDADES DE FUNÇÃO GRATIFICADA**

Situação atual			Situação proposta		
Cargo	Referência	Qtde	Cargo	Referência	Qtde
Chefe de Cartório das Promotorias de Justiça do Interior	MP-DAI-2	25	Chefe de Cartório das Promotorias de Justiça do Interior – 3ª entrância	MP-FG-5	02
			Chefe de Cartório das Promotorias de Justiça do Interior – 2ª entrância	MP-FG-4	12
			Chefe de Cartório das Promotorias de Justiça do Interior – 1ª entrância	MP-FG-3	10
			Assessor técnico	MP-FG-03	02
			Assessor técnico	MP-FG-2	12
Assessor Operacional	MP-DAI-1	15	Assessor técnico	MP-FG-1	15
Secretária de Gabinete – PG, Sub-PG, CG e SG	MP-DAI-2	04	Secretária de Gabinete – PG, Sub-PG, CG e SG	MP-FG-2	04
Motorista de Gabinete – PG, Sub-PG, CG e SG	MP-DAI-2	04	Motorista de Gabinete – PG, Sub-PG, CG e SG	MP-FG-2	04
Chefe do Setor de Assistência à Saúde do Interior	MP-DAI-1	01	Chefe do Setor de Assistência à Saúde do Interior	MP-FG-1	01
Chefe do Setor de Almoxarifado e Controle Patrimonial do Interior	MP-DAI-1	01	Chefe do Setor de Almoxarifado e Controle Patrimonial do Interior	MP-FG-1	01
Chefe da Secretaria dos Órgãos Colegiados	MP-DAI-1	03	Chefe da Secretaria dos Órgãos Colegiados	MP-FG-1	03





**Ministério Público do Estado de Rondônia**  
*em defesa da sociedade*  
**Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**



**ANEXO III**

**ANEXO IV**

**TABELA DE VENCIMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO**

**PARTE I**

**ATIVIDADES DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR**

REFERÊNCIA	VENCIMENTO
Secretário-Geral	17.083,30
MP-DAS-9	15.000,00
MP-DAS-8	10.416,54
MP-DAS-7	8.334,01
MP-DAS-6	6.666,60
MP-DAS-5	5.711,63
MP-DAS-4	4.283,73
MP-DAS-3	3.212,77
MP-DAS-2	2.409,57
MP-DAS-1	2.041,56

**ANEXO IV**

**TABELA DE VENCIMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO**

**PARTE II**

**ATIVIDADES DE FUNÇÃO GRATIFICADA**

REFERÊNCIA	GRATIFICAÇÃO
MP-FG-5	3.200,00
MP-FG-4	2.800,00
MP-FG-3	2.500,00
MP-FG-2	1.257,74
MP-FG-1	947,51